

LETRAS, IDEOGRAMAS, SINAIS, SONS, IMAGENS – E AINDA OUTRAS COISAS... (PARA ALÉM DA ESCRITA DOS SURDOS, E O QUE ENCONTRAMOS LÁ)

LEMOS, André Souza – UNIJUÍ – aslemos@unijui.edu.br

GT: Educação e Comunicação / n.16

Agência Financiadora: Sem Financiamento

1. Introdução

Este trabalho trata das possibilidades de uma escrita dos surdos, dos seus pressupostos, e das suas implicações. Abordamos a questão como um problema semiótico, que envolve a todos, e não como uma variedade da chamada “inclusão dos portadores de deficiência” no processo da educação formal. A maior parte dos estudos a respeito da educação dos surdos concentra-se na infância, o que é não é de se estranhar, uma vez que, para os ouvintes (pais e educadores principalmente), esse parece ser o momento mais difícil, mais complexo. Entretanto, a crescente presença dos surdos no ensino superior tem criado as condições para que se perceba a singularidade da sua condição de uma nova maneira, já que, para o jovem surdo, é o momento do encontro com o mundo adulto que se carrega de uma dramaticidade toda especial. Sugerimos assim, neste estudo, uma visão alternativa, que parte do mundo adulto para o infantil, inclusive para entender melhor o lugar da criança surda.

Se em geral a presença dos “diferentes” nos espaços da educação demanda adaptações individuais, para o que se volta a pesquisa de novas tecnologias assistivas, no caso dos surdos é do surgimento de uma língua que se trata, ou seja, é de um problema político que vamos falar. A questão é particularmente sensível quando percebe o modo como os *media* digitais têm favorecido a emergência de culturas minoritárias. Foi quando pensávamos questões ligadas a esta temática – o papel do intérprete das línguas de sinais no espaço da sala de aula, as tecnologias *web* e a cultura dos surdos, etc. – que descobrimos o fio desta outra meada. Percorrê-la vai requerer do pesquisador a disposição para um recuo estratégico, admitindo que, no mundo em que vivemos, não há abundância de facilitadores do pensamento, e os redutores de complexidade são cada vez menos eficazes. Começamos então de fora da nossa questão específica, para chegar a ela somente num segundo momento.

2. A confiança

Se o humano, diferente de outras extrusões da natureza, se particulariza pela sua capacidade de comprometer-se, ou simplesmente de *prometer* (Nietzsche 1999/1887, segunda dissertação), a própria natureza, para o homem, seguia trajetória semelhante: tornava-se mais e mais confiável, predisposta a pactos. Talvez tenham sido um só processo, na verdade: a gestação de um e a domesticação do outro. O caminho de saída deste equilíbrio deve ser perturbador, naturalmente. Se o ser humano confiável é Robinson Crusoe, incapaz de encontrar uma ilha deserta (Deleuze 2002, pp. 11-17), nem por isso deixa de perceber algo de mórbido nisso, num mundo novo, de tamanho limitado, que não tem mesmo ilhas desertas. Um mundo que volta a ser o centro do universo, não como o ovo cósmico que já foi, mas encolhendo, em desapareção. Num mundo sem separações, sem grandes distâncias, a fonte espontânea da criação se esgota. É uma vitória completa da morte, ou seria.

Seria, se a própria natureza não estivesse recuando do seu pacto de confiabilidade, denunciando a sua precariedade. O que acontece é que a natureza nunca foi de inteira confiança, e não pela forma da catástrofe diluviana, bem típica do jogo que normalmente se joga, do uso que se faz do pensamento da finitude. As leis da natureza podem muito bem ser leis evolutivas.¹ Além do mais o processo da ciência, no que ele tem de vitorioso, de verdade que consegue expressar-se consistentemente no plano ético, é uma profusão de minúsculos jogos finitos, locais.² A natureza deixa de ser confiável na medida em que deixa de negociar, ou seja, na medida em que deixa de ter personalidade, e também responsabilidade. É uma alma, sim, mas uma alma impensável: teríamos que recorrer aos xamãs, mas as condições para isso evidentemente não estão presentes. É claro que o corpo humano não tem muito tempo de vida, não se pode mais curá-lo, mas isso justamente não

¹ Chamamos a atenção, a título de ilustração, para a cosmologia de C. S. Peirce: “Podemos supor que as leis da natureza são resultantes de um processo evolucionário. (...) Se, contudo, as leis da natureza são o resultado de uma evolução, deve-se supor que este processo evolucionário ainda está em andamento, pois ele não pode estar completo enquanto as constantes das leis não tiverem alcançado um limite possível definitivo. (...) No entanto, se as leis da natureza ainda estão em processo de evolução a partir de um estado de coisas localizado no passado, infinitamente distante, em que não havia leis, segue-se que mesmo agora os eventos não devem ser absolutamente regulados por leis.” (Hartshorne, 1931-35 e 1958, §5.512-514).

² Poderíamos fazer uma conexão com Bruno Latour e/ou Isabelle Stengers, mas uma ligação mais antiga nos interpela aqui com grande intensidade e urgência: “Os progressos feitos pela ciência nada têm a ver com o eu-querer; seguem suas próprias leis inexoráveis, obrigando-nos a fazer o que quer que possamos, sem considerar as conseqüências” (Arendt 1994:63).

significa nada. É nesse ponto que nos acede a seguinte hipótese: ou a multiplicidade semiótica se engendra (no lugar da monotonia), ou ter-se-á atingido um esgotamento. A dificuldade em crer no segundo caso explica-se por um senso de modéstia, não por otimismo.

Falando em multiplicidade semiótica, lembramos da proposição de uma ideografia dinâmica (Lévy 1991).

3. O contrato

A ideografia dinâmica deve ser uma dobra da memória, e não apenas um aperfeiçoamento das técnicas da lembrança – uma mnemotécnica. Nesse sentido, não se explica pelo que se deixa ver, mas pelo invisível; assim se deve abordá-la, pelo menos de início: como se aborda qualquer escritura. É óbvio que não pode ser algo confiável, muito menos um dispositivo de certificação do significado, de regeneração da confiança, um dispositivo contratual ou uma nova racionalidade. Um ideograma dinâmico começa letra (projeto, programa, especificação); essa letra morre ao tornar-se máquina (elemento, conjunto, série, rede), mas ressuscita, porque pode ser continuamente reescrita. Dessa potencialização do escrito – que não faz metalinguagem ou metatexto, ao contrário, os aniquila – surge uma realidade em diferenciação ou em derivação (plano e/ou espaço contínuos, hipertexto, texto-máquina). Trata-se de algo que não funciona no sistema da confiança, e não se faz por mediação.³ Justamente por isso, não tende ao universal, e não há domínio: um percurso inverso ao do *lógos* “estático”. Em outras palavras, um percurso inverso ao do significante, que primeiro é imagem virtual (complexo de associações de objeto) e depois é símbolo (representação-palavra), processo no qual sobra um resíduo energético que permanece, sem resolução. Sem a capacidade metalingüística, ou com a sua precarização, provavelmente será impossível sustentar o desenvolvimento das grandes organizações, das grandes empreitadas. Isso é o que se perde, não a razão; conheceremos o real valor dessa perda no momento do seu luto.

Os conceitos de ideograma dinâmico e programa de computador são coextensivos, pode-se argumentar. É preciso aprender a programar, mas sem escrever cartas às máquinas

³ Seria o sistema da perversão, e aí teríamos que rever muito do que se disse a respeito dela. Ainda assim, não é o caso de entender que toda perversão tem o mesmo valor, ou que tem o mesmo estatuto. Isso deveria ser óbvio, aliás, já que a perversão não é muito eficiente em padronizações.

– um exercício triste: seu interesse pelo significante é muito pequeno. O que faz um programa, ao funcionar, é mesmo reescrever-se. Não é verdade que saiba o que está escrevendo, mas isso se aplica a qualquer escritor, com suas personagens conceituais.⁴ Escreve-se ideogramas dinâmicos, mas nunca se os reencontra idênticos, escreve-se programas de computador, mas não se pode usar os programas que se escreve, sempre outros. E não é que o caos absoluto se instale (como se isso fosse uma trivialidade). É que há uma inversão: o texto pode fazer sentido, mas apenas mitologicamente; as chaves de leitura e os meta-modelos são eficazes apenas como ferramentas.

Os sistemas computacionais são, para nós, signo de uma dobra do cérebro⁵ (todo, e de todos), e não apenas o que se vê deles, a saber, um aperfeiçoamento dos sistemas de registro e difusão, típicos da forma humana que faz promessas, que se lembra. Nesse sentido, trazem consigo toda uma potência de descontrole e de criação, que não tem especificamente a ver com um certo padrão de desejo ou mesmo com uma forma produtiva identificável. Assim, perde sentido a suposição de um contrato *entre nós* a respeito da natureza: não há contrato possível quando seu objeto é o continente, a substância ou a própria potência dos contratantes. Seria preciso um mecanismo de contrato de outra natureza (Serres 1990).

4. Uma semiótica

Para ver com mais clareza todas estas coisas, e especialmente levando em consideração uma forma humana que pode estar em diferenciação, tomemos o caso dos corpos que consideramos menos perfeitos. Busquemos no modo como ali uma escrita em diferenciação é possível e necessária, o modo como também nos corpos “perfeitos” há esta potência. A possibilidade de uma escrita para as línguas de sinais dos surdos⁶ nos sinaliza

⁴ Lewis Carroll, com Alice, encontra sempre coisas estranhas, e o importante é que o estranho não deve ser o contrário do esperado, nem uma perversão ou variação do possível (Deleuze 1969). O inesperado é uma mentira.

⁵ Sabemos que o cérebro humano não se sustenta naturalmente, em função da gigantesca demanda de energia que impõe ao metabolismo. Pode ocasionalmente ser eficaz na sua ação, mas requer, a longo prazo, a conquista de um padrão de segurança alimentar, ou seja, a subjugação do meio. Em um planeta limitado, essa subjugação deveria retornar sobre o próprio humano. De todo modo, falha a premissa da civilização: vivemos um déficit de eficácia, o que indica que o cérebro deverá encontrar uma segunda natureza, em algum momento de sua história, ou então tornar-se inviável (seja pela autodestruição – depressiva, seja pela aniquilação das suas condições de existência – eufórica).

⁶ Na verdade dizer que as línguas de sinais são línguas de surdos deve ser uma brutal distorção da sua realidade, e ainda mais das suas possibilidades. De início, sabemos ser inteiramente impossível que as línguas

como um caminho de pesquisa muito promissor nesse sentido. É aqui, então, que o nosso exercício conceitual forçosamente se interrompe, e algo bem menor, bem mais interessante, aparece.

Para começar a pensar em uma expressão gráfica para o letramento de surdos pela escrita, é preciso, antes de mais nada, um consenso em torno da natureza da linguagem de sinais, a saber, que ela não é da ordem de uma escritura, mas da ordem de uma fala. Isto é mais difícil do que possa parecer, principalmente considerando-se o quão acostumados estão os ouvintes a pensar nos sinais como figuras, já que, para nós, eles parecem ser gestos. É natural, então, que tenhamos a tendência de aproximá-los do que são para nós (ouvintes) as imagens escritas das palavras, o que nos impede de entendê-los como imagens acústicas virtuais.

Vai daí que uma linguagem gráfica, como *SignWriting*⁷, por exemplo, que desconsidere esta distinção fundamental, carrega dentro da sua proposição um engano feliz. Ela poderia empurrar os surdos na direção de uma conversão da sua fala em código, objetivado e sem eficácia (Jerusalinski 2000), movimento inverso ao que ocorreu na construção das linguagens gráficas dos falantes, que, silábicas ou não, são fonéticas, mas não são baseadas em figuras do som da palavra – essa é uma relação que pode pertencer, no máximo (quando for o caso, se tanto), à genealogia das letras; não é uma condição da eficiência atual da letra como signo do som. É como se, ao elaborarmos um novo alfabeto escrito para ouvintes, nos dispuséssemos a desenhar representações imagéticas do aparelho fonador em ação (língua, lábios, palato, etc.), para cada fonema existente. Ler, seria evocar a imagem motora (da emissão) da palavra, curto-circuitando a imagem acústica (da escuta). Ler, sem entender. Isso, entretanto, não é o que vai acabar acontecendo com *SignWriting*. Vejamos.

de sinais sejam, efetivamente, faladas exclusivamente por surdos. Retomaremos esta crítica em outro momento. Levá-la a cabo agora, quando algumas distinções básicas ainda não foram feitas, seria poluir a argumentação.

⁷ Uma notação para a codificação das línguas de sinais que teve origem em uma outra notação, destinada a codificar os movimentos da dança. Não é preciso muito para entender o porquê das suas dificuldades em funcionar como representação da palavra. Será muito útil, indiscutivelmente, como sistema de registro e documentação das línguas de sinais, e eventualmente como forma de transcrição gráfica literal dos sinais, quando outros meios de reprodução visual não estiverem ao alcance.

*A associação entre a imagem escrita da palavra e a sua imagem acústica*⁸ não pode ser mediada por uma relação de objeto, sob pena de forçar a perda do sentido imediato, ou seja, a subordinação a um esforço de tradução, que, na melhor das hipóteses, será apenas um jogo ineficaz. Ao contrário, a relação entre escrita e objeto é que é organizada, tornada coerente pelo som da palavra⁹, ou por um equivalente visual; ou seja, um grafema arbitrário pode ser ligado por uma imagem acústica (um sinal da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS –, por exemplo) ao que se poderia chamar de o seu *objeto imediato* (Santaella 1995). Para isso, o grafema deve ter uma “leitura” privada de “significado”, o que permite eventualmente a sua integração, sempre flutuante, à intencionalidade insistente da imagem acústica primitiva da palavra. É o que permite que ocorra a significação. Quando leio uma palavra, cada morfema se arremessa ao meu ouvido pelo olhar, é imediatamente um nome sonoro. Que o grafema também tenha uma segunda leitura icônica, como metáfora visual do objeto da palavra, trata-se de uma riqueza poética da língua, que vai dar origem a algo de que falaremos a seguir, não é uma necessidade. O que não faz sentido é que o grafema seja uma metáfora *da própria imagem acústica* da palavra, à qual ele deve ser *diretamente* conectado.

Em *SignWriting* os grafemas teriam precipuamente a consistência de um código da própria linguagem de sinais, o que forçaria a que ocupassem o lugar do objeto¹⁰, não o da palavra – e objeto de uma metalinguagem, não objeto da linguagem atual. É evidente que um signo desta linguagem gráfica perderia a virtualidade maior do signo, a sua capacidade de flutuar, uma vez que a eficácia do código deveria muito mais forte, sendo ainda por cima

⁸ Para os nossos fins, não restringiremos aqui o acústico ao sonoro, mas incluiremos nele todo registro capaz de produzir um sentido do tempo, inclusive as linguagens de sinais, que não são lidas, mas “ouvidas” pelos surdos; e não são escritas gestualmente, mas “faladas”. Far-se-ia, aí, a diferença entre gesto e sinal. Entendemos, portanto, que a expressão em sinais está afeita ao registro da imagem motora (fonada) da palavra, não à imagem escrita. Sendo assim, julgamos que é pela repressão de uma possível imagem escrita da palavra é que se dá, mais diretamente, o assujeitamento da cultura dos surdos.

⁹ Ainda que a fala sempre pressuponha uma inscrição, na medida em que a linguagem deve ter uma dimensão espacial, fora do tempo. É por isso que a escrita da linguagem não é consequência direta da sua fonética (Vorcaro 2004: 99), mas evoluem em conjunto. Na relação de objeto, a oralidade (o tempo) faz justamente o corte entre espacialidades diferentes, e por isso é essencial.

¹⁰ Objetivismo, traço do jogo bem conhecido de uma lingüística positiva (mas não positivista, o que já seria um ideologismo, e como tal insustentável nos dias que correm) que “ignora” as formações de poder, e portanto a produção de subjetividade, obstinadamente. A linguagem só pode ser parte de um sistema físico de símbolos (também físicos), cuja performance é consequência de leis... da Física (com f maiúsculo), quer dizer, de uma ciência da phýsis da qual se supõe, a priori, uma univocidade doutrinária. Faz pensar que se trata de uma ontologia que aparece no lugar de uma metafísica recalcada, e que sai em busca de uma explicação totalitária.

reforçada por uma pedagogia, que parece entender este caráter de código como um facilitador. Isso só não acontece por que, à força do exercício repetitivo e irrefletido da escrita, a rigidez do código certamente vai dar lugar à fluidez da escritura, se houver genuína alfabetização, ou seja, se a escrita não for tida como um *a posteriori* da fala. Isso não quer dizer que o *SignWriting* deva ser a forma definitiva da escrita das línguas de sinais, mas pode ser o seu primeiro passo. Os passos seguintes devem resultar da apropriação, pelos falantes em sinais, da escritura como um espaço de exercício da liberdade de expressão. Isso, entretanto, não é um acontecimento trivial.

Sabemos que uma língua de sinais não pode existir a despeito de uma cultura ouvinte e dos seus sonhos. Foram os ouvintes que criaram as condições materiais (escolas e outras instituições) para que as crianças surdas pudessem, em tenra idade, se aproximar umas das outras e sintetizar a sua própria linguagem, e então para que, num segundo momento, as linguagens de surdos se fortalecessem e se tornassem linguagens regionais, nacionais, e em alguns casos transnacionais. O ideal iluminista nos orientou neste sentido, mas nos impede de dar um último passo. Faltariam aos surdos os meios para estabelecer um genuíno distanciamento teórico, ainda que momentâneo, ou seja, uma teoria da linguagem construída “na sua própria língua”.¹¹ Ainda falta aos surdos a disposição de fazer a sua própria semiótica. Resta saber como poderá se dar esta semiótica, afinal.

Um exemplo é altamente esclarecedor nesse sentido. Os lingüistas já detectaram que, do ponto de vista formal, há grande semelhança entre as línguas de sinais e algumas línguas orientais, o exemplo mais comum sendo a língua chinesa. Cabe então a pergunta: os chineses, que ainda por cima dispõem naturalmente de uma escrita ideográfica, emprestariam esta escritura aos seus idiomas de sinais? Certamente não (ao menos não por acaso), uma vez que as línguas de sinais, sendo necessariamente sínteses originais, receberiam a influência da escritura de matriz oral sempre tarde demais. Teriam portanto uma construção diferenciada, e produziriam uma escritura igualmente diferenciada (ainda que eventualmente tomando de empréstimo – se fosse o caso – o mesmo conjunto de caracteres). Em outras palavras, se a escritura de uma língua falada deve – em condições naturais – ser aprendida *na sua fala*, é certo que o uso do chinês escrito deverá causar

¹¹ Isso, entretanto, já pode ser cogitado, ainda que como utopia (ver, por exemplo: <http://www.bris.ac.uk/deaf>).

estranheza entre os surdos, mesmo que se trate de uma forma de expressão de uma língua considerada estruturalmente semelhante. A estranheza seria talvez comparável àquela que se dá entre duas línguas de sinais de países diferentes, mas é claro que as diferenças não param por aí.

Em todo caso, é de se pensar se os surdos japoneses e chineses não teriam maior facilidade ao aprender a escrever do que os ocidentais nas respectivas línguas, ou seja, se para os ocidentais o letramento na língua dos ouvintes não seria um desafio dobrado. Se for assim, é possível supor que uma linguagem escrita para os surdos deveria sempre possuir um caráter fortemente ideogramático, resguardada a singularidade formal do registro escrito em relação ao falado. Não importa: não sendo criado à imagem do fonema, o ideograma é ainda assim indissociável dele (e o seria, também, do “quirema”), sem limitar-se a ser uma imitação deste. Nisso, aliás, as línguas alfabéticas não são diferentes: como dissemos, ainda que a letra desejasse representar os sons, sua forma gráfica é consequência de um processo de fixação, e é mantida pela formação de hábitos, ou seja, não é causada pela forma sonora do fonema. Isso é especialmente evidente quando consideramos o processo de leitura da palavra. As diferenças entre as línguas de escrita ideogramática e as línguas de escrita alfabéticas se dão fora do que é objetivamente próprio da língua, ou seja, se dão no seu registro poético. E a poesia da língua não dá satisfações a nenhuma causalidade obrigatória: seria perfeitamente possível que uma escrita alfabética fosse colada a uma língua de sinais. Essa é, aliás, a única hipótese de sucesso do *SignWriting* como escritura genuína: como alfabeto. É pela representação de fragmentos de sinais, e não dos sinais inteiros, que ela flutua, e se potencializa para qualquer falante da língua.

5. Entre o Oriente e o Ocidente

Pode parecer redundante a afirmativa, ou tautológica, mas é preciso lembrar que uma escritura deve ser base para o ato concreto (e manual) da escrita, não serve se o seu suporte for exclusivamente um sistema de impressão. Faz parte da experiência da linguagem escrita que ela implique o sensório-motor, diretamente, especialmente no momento do aprendizado.¹² Uma escrita deverá ser sempre, e ao mesmo tempo, uma *caligrafia* (imagem da escrita) e uma *tipografia* (imagem da leitura). Mais uma razão pela

qual nos chama a atenção a escritura ideogramática mais conhecida. E mais uma razão para deixarmos *SignWriting* em suspenso, pelo menos por enquanto: ainda faz falta a universalização de uma disciplina caligráfica, e a expansão de uma estética tipográfica.¹³ Da primeira, espera-se que, simplificando a escrita, permita que o movimento da mão se automatize, que se funda a imagem motora da escrita ao fluxo inconsciente da palavra, transformando os grafemas, de desenhos, em letras. Da segunda, espera-se que a forma da leitura ganhe liberdade, que o aspecto visual da escrita possa enriquecer-se de variações, que a letra, enquanto imagem visual, seja uma potência, uma virtualidade.

Na língua chinesa escrita, cada ideograma corresponde a um fonema, que não é uma palavra, nem necessariamente uma sílaba de uma palavra, mas simplesmente o nome sonoro do ideograma. Na grande maioria dos ideogramas este fonema estará representado no próprio ideograma, como um de seus componentes gráficos, numa referência circular: o ideograma tem um nome sonoro – uma *vox* –, ao mesmo tempo que uma das suas partes será um outro ideograma com o mesmo som, e cuja função é exatamente referir a este som.

Assim, o complexo fonema/ideograma estará associado, digamos, a uma noção, que só será um termo (e será geralmente apenas parte de um termo) quando atualizado em uma enunciação. Em outras palavras: em chinês os morfemas são mais fortes e mais autônomos, e os sememas são mais fracos do que nas indo-européias. Ainda: em chinês os termos são os morfemas, à diferença do indo-europeu, que precisa compô-los para fazer os seus termos.¹⁴ Isso significa que geralmente as palavras serão compostas por mais de um fonema, como nas línguas ocidentais, e serão assim representadas graficamente por mais de um ideograma, num composto que entretanto representa uma só palavra. Vê-se que cada ideograma em geral não representa diretamente uma palavra ou um conceito, como se poderia pensar. De modo intrigante, há, na linguagem falada (especialmente quando coloquial), uma proximidade muito maior entre as línguas ocidentais e o chinês, por exemplo, do que jamais poderá haver entre as respectivas formas escritas. Explica-se: em ambas as falas, no que diz respeito à performance da língua, funcionam a *palavra* e os

¹² É possível até pensar que as línguas de sinais cheguem a ocupar o lugar da fala a partir de um processo de anexação e transformação do sinal tomado, a princípio, como virtual imagem escrita da palavra.

¹³ Ainda que existam esforços nesse sentido (ver, por exemplo: <http://signwriting.org/lessons/cursive/>).

¹⁴ Não fazemos aqui juízo de preferência entre sistemas de escritura. Acabam sendo, ambas, tecnologias de contenção do sentido, línguas estatais. O que nos interessa quanto ao sentido é justamente que, entre uma e

morfemas da palavra – ainda que de forma diferente, e ainda que o processo de criação da palavra tenha sido peculiar a cada língua. Na língua chinesa a palavra aparece geralmente mediada por um processo de síntese (composição nocional), ao passo que nas ocidentais geralmente trata-se de uma análise (decomposição morfética). Geralmente, não sempre.

Se entre os surdos, no entanto, as línguas de sinais fizessem apenas a correspondência entre sinal e palavra, isso as colocaria em uma situação crítica. Sempre que, na enunciação, cada sinal corresponder sistematicamente a um termo, e a sua criação e utilização levar em consideração, como regra, esta correspondência, dificilmente haverá espaço para deslizamentos. Não nos esqueçamos de que as línguas de sinais são permanentemente parasitadas por fluxos de tradução, marcadas por uma “angústia da correspondência”. Na eventualidade de os falantes nativos das línguas de sinais desenvolverem uma forma de expressão gráfica para a sua linguagem, será ela marcada por uma correspondência triunívoca entre quirema, grafema e palavra? Na ausência de deslizamento, estará aí condicionada uma pobreza inevitável da linguagem dos surdos? Certamente, mas é difícil acreditar que venha a ser assim. Resta saber se não há outras formas de perder-se do sentido, além das que conhecemos como ouvintes, até que ponto as línguas de sinais são uma experiência humana original, para além de um mero dispositivo de codificação, ou mesmo até que ponto, nestas línguas, aparecem exatamente os mesmos recursos das línguas faladas, assentados sobre outro fundamento.

6. Escrever, desenhar

Porque é preciso desmontar um quirema até que o significante arbitrário apareça? Para que possa haver o deslizamento ao modo da língua fonética, especialmente no estilo ocidental, ou seja, como uma combinatória de um número reduzido de caracteres: de um alfabeto. Assim, é possível converter um quirema em *SignWriting*, desmembrando uma imagem de palavra em gestos isolados (que serão classificados: gestos de mão, cabeça, braços, etc.), assim como as palavras faladas são desmontadas em letras que designam, isoladamente ou por seus encontros, variações sonoras isoladas.

Uma outra alternativa seria considerar que as unidades mínimas de uma língua de sinais podem conter “desenhos” prontos, que não convém desmembrar em gestos simples.

outra forma, ou seja, na passagem, é possível senti-lo vibrando. Por isso talvez é que tantas traduções do Dao

Como no japonês, teríamos alfabetos “fonéticos” (*kana*), que no caso seriam compostos por gestos a-significantes, mas poderíamos ter também um conjunto de elementos que são estes “desenhos” pré-prontos, assim como o *kanji*. Seria o caso de saber, diante de um sinal, como se deve lê-lo, e como se pode melhor convertê-lo em grafema, tomando como referência todas as possibilidades existentes, e não necessariamente um modelo mínimo. Idealmente, devem ser incluídas inclusive possibilidades que não são facilmente cogitadas tomando-se como base os exemplos conhecidos, como, por exemplo, as possibilidades que o estado atual da tecnologia permite, e que não existiam na época em que as escrituras das línguas faladas foram concebidas.

7. Mais alguns problemas

A partir de todas estas considerações “sincrônicas”, e da sua insuficiência, chegamos à conclusão de que problemas verdadeiros nos levam necessariamente a pensar no tempo de maneira alterada. Talvez somente aqui estejamos podendo visualizar o mérito possível de um texto como este, que parece sempre apresentar, no lugar de cada solução, um outro problema.

O caminho da identificação (fazer espelho para o outro) entre humanos, para além da surdez e da audição – matriz do ato lingüístico –, não está definitivamente bloqueado (assim como estaria, provavelmente, entre humanos e animais, e entre humanos e máquinas). Mas a escrita codificada, normalizada, que faz dicionário, gramática e língua culta, é usualmente pensada, em nossos tempos, a partir do conceito de Estado-Nação. Talvez uma língua de sinais não possa ser uma verdadeira língua, se tiver que atender a essa exigência. A escrita codificada sempre paga tributo ao significante paterno, regente da lei simbólica. Mais uma vez, se tiver que atender a essa exigência, uma língua de sinais possivelmente fracassará, se não for possível algum tipo de aliança (e é para isso que temos que preparar os meios). Em todo caso, é por estes caminhos que enveredamos, e nos arriscamos.

Ainda que não se tente, sempre existe a escrita menor, minoria, e esta é uma vibração necessária para a vida dos grafemas. A ainda-não-escrita que está sempre em vias de extinção, por raridade, isolamento, esquecimento, ou mesmo por simples diferenciação;

De Jing existam, nas línguas ocidentais. É na tradução que está a maior graça, não tanto na simples leitura.

a quase-escrita, utopia que sempre brota novamente, às margens, nas fronteiras. Daí se pode fazer uma semiótica, uma vez que é a partir dos registros minoritários que as coisas podem ser dar. É a partir daí que eles chegam a ressoar com as vibrações da língua falada: quando convivem no mesmo nível, o de imagem da palavra.

Por outro lado, existe pelo menos um nível de funcionamento da língua que impõe um funcionamento coerente e constante (universal) entre escrita e fala: o da relação fonética entre o som e a letra. A partir daí é que se faz o significante não funcionar muito bem, também no texto escrito, caso seja a língua algo que absorve a letra, e não o inverso (sobrecodificação). Como seria no caso das línguas de sinais? Deveria haver um paralelismo entre o fundamento do grafema e o fundamento do quirema, assim como no caso da língua fonada. Esse paralelismo é o signo de realidade que sempre está presente, mas nunca faz palavra. Dá até para pensar no limite da linguagem, no problema da pulsão, do recalque (como escrita do corpo, forma primordial da memória), e depois do sintoma, enfim, do que não se pode dizer, e do que não se pode deixar de dizer (Foucault 1971).

Outra coisa: se há sempre uma questão de linhagem na formação (mítica) de uma língua, então no caso das línguas de sinais esta questão está ligada à constituição imaginária das escolas especiais, das “instituições” dos surdos, ainda que as linguagens de sinais não sejam “línguas de surdos”. É ali que a mãe e o pai da língua estão encarnados, se estiverem. Mesmo que a maioria dos “falantes” de uma língua de sinais a tenha como segunda língua (L2), e mesmo que muitos surdos sequer língua propriamente tenham, é ali que alguém (mítico) um dia falou nesta língua, é neste templo sofrido que o acontecimento se deu. O nascimento de uma língua está nas crianças, sabemos, o tempo todo. Mas é preciso remetê-lo a algo que vem de outro lugar, também sabemos. A um Deus microscópico, circulante. Esse é o trabalho paradoxal do adulto, cujo protótipo é a “loucura das mães”: sustentar esta remissão para o campo da língua, em benefício (indireto, coletivo e não sabido) da sua própria possibilidade de sustentar-se no campo da língua.

Precisamos ver se, nas línguas de sinais, e no desejo de uma escrita que lhes acompanhe, não está inscrito um problema que é fundamentalmente dos ouvintes, e que encontra na presença dos surdos um veículo auxiliar. Se for assim, independente das “novas tecnologias” – que são amigas do novo, sendo ao mesmo tempo consequência e causa dele –, estaremos diante de uma diferenciação do humano, genuína e definitiva; uma

diferenciação estabelecida, como não poderia deixar de ser, no corpo da língua, que, com o tempo, acaba por se fazer ouvir de todas as formas possíveis.

Bibliografia

1. ARENDT, Hannah (1994). **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
2. DELEUZE, Gilles (1969). **Logique du sens**. Paris: Les Éditions de Minuit.
3. _____ (2002). “Causes et raisons des îles désertes”, **L’île déserte et autres textes**. Paris: Les Éditions de Minuit, pp. 11-17.
4. FOUCAULT, Michel (1971). **L’ordre du discours**. Paris: Gallimard.
5. HARTSHORNE, Charles et al. (org.) (1931-35, 1958). **Collected papers of Charles Sanders Peirce**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
6. JERUSALINSKY, Alfredo (2000). “Papai não trabalha mais”. In: JERUSALINSKY, A.; Merlo A. C. (orgs.) **O valor simbólico do trabalho**. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
7. LÉVY, Pierre (1991). **L’idéographie dynamique. Vers une imagination artificielle?** Paris: La Découverte.
8. NIETZSCHE, Friedrich (1999/1887). **A genealogia da moral: uma polêmica** (trad. Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das letras.
9. SANTAELLA, Lúcia (1995). **A teoria geral dos signos: semiose e autogeração**. São Paulo: Ática.
10. SERRES, Michel (1990). **Le contrat naturel**. Paris: François Bourin.
11. VORCARO, Angela (org.) (2004) **Quem fala na língua? Sobre as psicopatologias da fala**. Salvador: Ágalma.